



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE PSICOLOGIA

JÚLIA RUFFO AIRES DE SENA

A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE A PARTIR DA VIVÊNCIA DO SER-MÃE
EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Miracema do Tocantins, TO

2022

Júlia Ruffo Aires de Sena

**A construção da maternidade a partir da vivência do ser-mãe em contextos de
vulnerabilidade social**

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção de título de Graduação em Psicologia, sob orientação da Professora Dra. Ana Cristina Serafim da Silva.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S474c Sena, Júlia Ruffo Aires.
A construção da maternidade a partir da vivência do ser-mãe em contextos de vulnerabilidade social. / Júlia Ruffo Aires Sena. – Miracema, TO, 2022.
38 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2022.
Orientador: Ana Cristina Serafim Silva
1. Maternidade. 2. Psicologia histórico-cultural. 3. Vivência. 4. Vulnerabilidade social. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JÚLIA RUFFO AIRES DE SENA

A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE A PARTIR DA VIVÊNCIA DO SER-MÃE EM
CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Psicologia, foi avaliado para obtenção de título de Graduação e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 13/12/2022

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dr.(a) Ana Cristina Serafim da Silva, Orientadora – UFT.

Prof.(a) Dr.(a) Joana Azevêdo Lima, Avaliadora – UniFTC.

Prof.(a) Dr.(a) Jamile Luz Morais Monteiro, Avaliadora – UFT.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como a construção da maternidade implica na vivência do ser mãe em mulheres atendidas pelo CRAS de Ponte Alta do Tocantins. Para isso, será utilizado como fundamento teórico a psicologia histórico-cultural de Vigotski, que buscará entender como ocorrem os processos internos e externos a partir da relação com o meio, bem como compreender como a vivência da maternidade é experienciada nos contextos de vulnerabilidade social. Participaram desta pesquisa, mulheres mães atendidas pelo CRAS de Ponte Alta do Tocantins – TO. Com relação ao percurso metodológico, utilizou-se do instrumento de entrevista semiestruturada e para o tratamento do material obtido nas entrevistas, foi realizada a análise de conteúdo de Bardin (1977). A partir da análise de dados, foi possível identificar duas categorias de análise, sendo elas: as percepções sobre a maternidade; e a relação entre maternidade e vulnerabilidade social. Verificou-se que há uma sobrecarga relacionada à função materna, associada aos cuidados domésticos e à educação dos filhos. Essa sobrecarga é atravessada pelo significado que é atribuído à maternidade, não só pelas mães, mas por toda a sociedade. Além disso, percebeu-se que a condição de vulnerabilidade social é um fator que influencia bastante na vivência das mães entrevistadas.

Palavras-chave: Maternidade. Psicologia Histórico-cultural. Vivência. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

The general objective of this research is to understand how the construction of motherhood implies the experience of being a mother in women assisted by the CRAS of Ponte Alta do Tocantins. For this, Vygotsky's historical-cultural psychology will be used as a theoretical foundation, which will seek to understand how internal and external processes occur from the relationship with the environment, as well as to understand how the experience of motherhood is experienced in contexts of social vulnerability. Participated in this research, women mothers assisted by the CRAS of Ponte Alta do Tocantins - TO. Regarding the methodological course, the semi-structured interview instrument was used and for the treatment of the material obtained in the interviews, the content analysis of Bardin (1977) was performed. From the data analysis, it was possible to identify two categories of analysis, namely: perceptions about motherhood; and the relationship between motherhood and social vulnerability. It was found that there is an overload related to the maternal function, associated with domestic care and raising children. This overload is crossed by the meaning attributed to motherhood, not only by mothers, but by society as a whole. In addition, it was noticed that the condition of social vulnerability is a factor that greatly influences the experience of the mothers interviewed.

Keywords: Maternity. Historical-cultural Psychology. Experience. Social vulnerability.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
1.1	Maternidade como uma construção social.....	11
1.2	Vulnerabilidade social.....	14
1.3	Vivência.....	16
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	20
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
3.1	As percepções sobre a maternidade.....	22
3.2	A relação entre a maternidade e a vulnerabilidade social	27
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	32
	APÊNDICES.....	37

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como a construção da maternidade implica na vivência do ser-mãe em mulheres atendidas pelo CRAS de Ponte Alta do Tocantins, e tem como objetivos específicos identificar como a construção social da maternidade interfere no ser-mãe contemporâneo, e analisar como se dá a vivência da maternidade em mães atendidas pelo CRAS de Ponte Alta do Tocantins – TO.

De acordo com Ariès (1986), a ideia que se tem hoje sobre o conceito de família e da infância fora construído socialmente, visto que entre os séculos XV e XVI, havia um grande índice de mortalidade infantil, o que não permitia que existissem sentimentos acerca das crianças. Ariès (1986) aponta que a infância era desconhecida naquela época, onde nem se quer tentava-se representá-la.

Passetti (2000) indica que é a partir do século XVI que a visão sobre a infância passa a ser compreendida de uma maneira diferente, sendo a criança pensada como um ser em formação, que precisavam de atenção e interação com as outras de sua idade. Concomitante à isso, é solidificado o sentimento de infância atrelado a sua educação e diversão, além de dar início a partir da iconografia, ao sentimento de família (ARIÈS, 1986).

Assim, é a partir do século XVII que Engels (2019) introduz sobre o casamento monogâmico, que surge não por afetos individuais, mas, por interesses econômicos que conservariam a propriedade privada na família, sendo os casamentos em sua maioria, arranjos, além de que essa origem é atravessada pela submissão de um sexo sobre o outro, pela valorização da propriedade privada e pela escravidão. Desse modo, a monogamia para Engels (2019), se baseia no domínio do homem sobre a mulher e sobre os filhos, onde a paternidade torna-se inquestionável, e os bens conquistados passarão de geração para geração.

Desenvolve-se assim, o patriarcado, que para Barroso (2018), pode ser entendido como um sistema de relações que perpassam o âmbito da dominação e que ao mesmo tempo que se modifica com os diferentes períodos históricos, continua a seguir fielmente a lógica de exploração capitalista. Inclusive a monogamia pode ser entendida como um modelo da família patriarcal, onde tem-se na autoridade do pai e do marido a sua base que é passada pela descendência familiar (BARROSO, 2018). Dessa maneira, com a instituição do patriarcado ligado ao capitalismo, são enraizados na cultura popular saberes que penetram nas esferas sociais e mercantilizam as relações sociais, viabilizando as estruturas de poder como herança principalmente da escravidão.

Saffioti (1984) ilustra que a condição social da mulher no sistema de produção

capitalista atravessa não somente questões ideológicas, mas principalmente aspectos econômicos da sociedade. Logo, essa condição tem em sua raiz a opressão que, de acordo com autora citada, é um dispositivo de poder que serve ao sistema capitalista com o intuito de exploração especificamente econômica, seja direta ou não. Dessa maneira se dão as relações de dominação-subordinação, onde “as mulheres são duplamente marginalizadas: por sua classe social e por seu sexo. Ainda que o sexo seja uma dimensão comum e, esteja presente em todos os tipos de sociedade, sua manipulação social varia segundo o modo de produção” (SAFFIOTI, 1984, p.20).

No Brasil, o patriarcado é atrelado à colonização que aconteceu no século XVI, sendo o homem o detentor do poder político e econômico. Para Souza (2015), o sistema patriarcal é ligado ao poder que o homem dispõe sobre os papéis sexuais, sendo não somente o poder econômico, mas outros diversos. Assim, é atravessado pela sociedade de classe, tendo o capitalismo como reforçador dessa dimensão opressora que afeta as mulheres.

Por esse motivo, temos que, essa relação de dominação-exploração, atribui papéis diferentes às mulheres e aos homens, sendo em sua maioria, papéis de privilégio e dominação aos homens, e papéis de submissão às mulheres. Concomitante a isso, Souza (2015) contribui ao dissertar que com o desenvolvimento do capitalismo apoiado na hierarquia patriarcal, a vida privada ligada à reprodução biológica torna-se dever inegável das mulheres, ao ponto que, a vida pública ligada às atividades de produções externas como funções exclusivas dos homens.

Diante disso, Giddens (1993) disserta que é a partir do final do século XVII que surge a ideia de amor romântico, onde se tem a alteração da relação entre pais e filhos, a instituição do lar doméstico e a “invenção da maternidade”. Por conseguinte, instala-se associado à burguesia um novo conceito de família, onde é desenvolvido novos sentimentos diante dos filhos e novas funções atribuídas aos pais (Poster, 1979), ainda, na família burguesa, havia a divisão de papéis parentais, surgindo assim, o mito do amor materno. Ariès (1986) destaca que nessa família com centralidade na criança, a ideologia se deslocava da autoridade paterna ao amor materno.

Moreira (2009) destaca que é no final do século XIX, com a ascensão do sistema capitalista e o advento da Revolução Industrial, que a função da mulher que até então era privada à maternidade, começa a ser exercida em espaços públicos. Essa mudança se dá através dos movimentos feministas, que se constitui num movimento de luta das mulheres pela igualdade de direitos e oportunidades em relação aos homens, e visa desestruturar os aspectos ideológicos que reproduzem o sistema social de patriarcado.

Ao final do século XIX, iniciando nos Estados Unidos e na Inglaterra, se dá a *primeira onda do feminismo*, onde o movimento feminista se estrutura como político, buscando o

sufrágio feminino, que era a reivindicação pela participação ativa das mulheres na política, concedendo a elas o direito de votarem e de serem votadas, além de, direito à propriedade privada, à educação, e à inserção no mercado de trabalho (SOUSA, 2021). De acordo com a autora citada anteriormente, são introduzidas manifestações críticas ao casamento como “morte civil” da mulher, assim como, manifestações a favor do divórcio.

Ademais, essas manifestações da primeira onda são as expressões do feminismo liberal, “a corrente do *feminismo liberal* possui enquanto preceitos que a conquista da igualdade por parte das mulheres é obtida através da garantia legal e jurídica de igualdade” (SOUSA, 2021, p. 49). No Brasil, na primeira década do século XX, foram organizadas manifestações pelo sufrágio, contando com o apoio de importantes militantes femininas da época. O direito ao voto no Brasil foi autorizado em 24 de fevereiro de 1932 em resposta ao trabalho árduo exercido pelas feministas brasileiras (SOUSA, 2021).

Para Sousa (2021), a *segunda onda do feminismo* surge com duas vertentes em contraposição ao feminismo liberal, uma se dava pelo *feminismo marxista*, como denomina Castro (2000), que acreditava que a opressão das mulheres e de classe são distintas, entretanto, se completam. E a outra vertente se dá pelo *feminismo radical*, que volta ao feminismo enquanto movimento social ativo pelas conquistas dos direitos femininos. Nesta perspectiva, Millet (1974) aponta que o espaço íntimo e privado, a família, funcionam de acordo com o sistema econômico vigente, neste caso, o *patriarcado*.

Todavia, Poster (1979) destaca que “a família transitou entre a sociabilidade aldeã para a privacidade isolada” (p.215). A partir disso, ocorre uma naturalização das práticas privativas à maternidade na sociedade, o que anula a dimensão psicossocial do ser-mulher e naturaliza os papéis sociais impostos pelas relações de poder.

De acordo com Moraes (2021), os médicos passam a reproduzir a concepção da maternidade como desígnio natural da mulher e o cuidado materno como instinto feminino, buscando promover a diminuição da taxa de abandono e mortalidade no país através de regras instituídas referentes ao ideal materno. Neste contexto, surge o conceito de gênero, que para Rubin (1975) consiste na sexualidade biológica entrelaçada à atividade humana, havendo uma hierarquia entre eles, e para Saffioti (2003), o gênero é posto como uma construção social e não como algo meramente biológico, visto que, a ação humana é mediada pela cultura através dos signos e símbolos que dão acesso à comunicação.

Já no Brasil, o conceito de gênero também surge no século XX, e foi apresentado como uma categoria analítica, sendo o nome dado à imagem que a sociedade construiu do masculino e do feminino. Sendo assim, Saffioti (2006) pontua que a introdução do conceito de gênero

ocorreu pela recusa do determinismo biológico, a repulsa sobre “a anatomia é o destino” que era imposto naquela época. Dessa maneira, a sociedade e os pesquisadores passam a dar uma atenção maior à relação estabelecida entre homem-mulher e suas implicações.

A partir disso, o sujeito passa a ser considerado como um ser histórico e social, onde suas relações são ponderadas pelo gênero, mas também reguladas pela classe social, raça/etnia e pela sua multiplicidade. Scott (1988) pontua o gênero não somente como uma categoria analítica, mas também histórica, estabelecendo a cultura, as instituições sociais, a subjetividade e a ordem social como mecanismos envolvidos pela disposição do gênero.

Quando surgiu o conceito de gênero, ainda na *segunda onda do feminismo*, o Brasil estava sendo impactado pela Ditadura Militar, entretanto, Sousa (2021) destaca que o movimento foi de grande importância para a redemocratização do país pela essencial resistência ao regime militar, havendo assim uma centralidade no discurso feminista. Todavia, Alvarez (2014) afirma que a narrativa construída pelas feministas só serviam às lutas das mulheres brancas e de classe média/alta, não viabilizando o protagonismo e direitos das mulheres negras de classe média/baixa. Assim, mesmo que as mulheres negras fossem maioria no movimento, as causas que eram visibilizadas eram as das mulheres brancas. Diante disso, surge no Brasil, o *feminismo negro*, que relaciona a opressão contra mulheres e a opressão contra negros no país.

Pontua-se a *terceira onda do feminismo*, que voltava suas reflexões às diferenças sociais das mulheres de acordo com a classe, raça e gênero. Esta fase do feminismo, acreditava que os diferentes contextos em que se inseriam, teriam diferentes vivências de opressão-dominância entre as mulheres (SOUSA, 2021). Desse modo, surge a *intersseccionalidade*, que de acordo com Sousa, “é a análise dos nós obtidos com o intercruzamento de diferentes formas de opressão” (2021, p. 54). Concomitante a isso, Badinter (2011) pontua que os movimentos feministas começaram a se articular para que a maternidade passasse a ser vista de acordo com as condições econômicas, sociais e culturais das mulheres e da família em geral.

Ademais, Akotirene (2019) pontua que o feminismo, pôde permitir que pudessem questionar preconceitos, desigualdades, violências de gênero, de classe e raça, e as violências estruturais da matriz colonial moderna da qual surgem. Desse modo, a terceira onda do feminismo foi marcada pela luta por espaços de atuação nas políticas públicas, assim como atendimento qualificado às mulheres de todas as classes e raças, inclusive aquelas que viviam em vulnerabilidade social (SOUSA, 2021). Para Badinter (2011), foi a partir dessa mobilização feminista que a maternidade passou a ser desassociada ao destino feminino, podendo ver novos sentidos no ser-mulher para além da maternidade.

Diante disso, cabe identificar a maternidade, como fenômeno interseccional que

considera o maternar como um instrumento de dominação do sistema patriarcal-capitalista, no qual o gênero não deve ser analisado isoladamente, mas ser encarado juntamente com as especificidades de classe e raça. Por isso, é preciso compreender a maternidade em sua totalidade, considerando em como a maternidade foi construída, nas relações interpessoais da mãe e do filho, se há ou não rede de apoio, entre outros aspectos. Além da importância de pensar que a maternidade será vivenciada de modos diferentes, visto que são pessoas diferentes e em contextos diversos de vida.

O interesse pela temática surgiu a partir do contato com um grupo de mães em situação de vulnerabilidade social atrelada à prática do Estágio Básico em Assistência social, o que despertou questionamentos e inquietações diante dos relatos sobre suas vivências. A pesquisa busca compreender a seguinte questão: como ocorre a vivência da maternidade em contextos de vulnerabilidade social? Para complementarmos a proposta deste artigo, focaremos nas categorias: maternidade; vulnerabilidade social e vivência.

No que se refere a maternidade, será realizado um resgate histórico acerca de como a maternidade foi construída socialmente, pensando quais os atravessamentos que impactam esse fenômeno, que acabam influenciando diretamente a maneira como a sociedade e as próprias mulheres enxergam a maternidade. A segunda categoria se baseia em conceituar o que é vulnerabilidade social, considerando os aspectos biopsicossociais que envolvem a vida do sujeito a partir desse fenômeno, além disso, busca-se identificar quais os principais aspectos que acabam contribuindo ou dificultando o bom desenvolvimento da maternidade a partir da vivência nesse contexto. Por fim, no decorrer da última categoria será apresentado o conceito de vivência a partir de Vigotski, que é o processo onde ocorre a relação ente o externo e o interno, por isso, busca-se entender como o ambiente pode afetar a vivência das participantes.

1.1 Maternidade como uma Construção Social

Considerando a autoridade do discurso religioso, a maternidade era tida como algo extremamente sagrado, assim, Moraes (2021) traz que a arte em meados do século XIX representava o feminino ligado à essência maternal, transcendendo uma decisão inegável, uma atuação limitada na sociedade. Logo, na dinâmica familiar, a maternidade era naturalizada, tida como um dever social às mulheres, enquanto os homens, tinham participação através do domínio. Junto à isso, [...] “vários moralistas, filósofos, médicos e legistas falavam em nome de uma natureza feminina; em defesa da nação, começaram a pensar como deveria ser uma mãe e o que se poderia esperar dela” (MORAES, 2021, p. 38/39).

Assim, o saber médico passa a obter um grande prestígio visto a credibilidade social de que eles poderiam amenizar os problemas que estavam à acontecer na sociedade como um todo, em vista disso, surge uma crescente literatura sobre o corpo feminino, sobre a valorização da família e sobre a conservação da vida das crianças (POSTER, 1979). Daí em diante, o Estado, a Igreja e a Medicina passam a ser dispositivos de controle às práticas maternas, onde incentivavam o cuidado pelas mães biológicas e atribuíam sentido à idealização do amor materno, bem como, passa a ser vista como responsável por passar a moralidade para os filhos, cuidar do lar e prover obediência ao homem (MOREIRA, 2009).

Dessa maneira, infere-se uma construção do feminino a partir da maternidade, assim como discorre Badinter (1985) quando destaca que a mulher é designada para a maternidade, mas não somente o ser-mãe, mas ser uma excelente mãe para ser uma excelente mulher. Como afirma Colares e Martins (2016), os sentidos atribuídos à maternidade passam a ser ligados ao amor e cuidado, considerando um valor ideal a ser seguido, sendo assim introduzindo o mito do amor materno. Para Resende (2017), o mito do amor materno operou como um fator determinante para a sistematização da sociedade, visto que, mediante a crença irrefutável do amor natural, foram desenvolvidas normas sociais de comportamento que interessavam ao Estado.

É em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. (BADINTER, 1985, p. 15).

Assim, Resende e Bedran (2013) atribuem o surgimento do mito do amor materno como essencial para um movimento de dimensão econômica que influenciará tanto as regras sociais quanto a relação entre os indivíduos. Temos que o amor materno fora idealizado juntamente com o modelo padrão de família monogâmica, que inclusive, era regido pelo modo de produção capitalista. Para Badinter (1985), o amor materno se configura como um mito a partir do momento em que surge a valorização da ideia de instinto maternal e do amor natural de toda mãe pelo filho. Essa alusão ao amor materno espontâneo perpassa gerações, e possibilita ao Estado através do capitalismo e do patriarcado, controlar os comportamentos das mulheres. Dessa maneira, o mito do amor materno é um dos maiores dispositivos de poder do sexo masculino sobre o sexo feminino.

Moreira (2009) destaca que no final do século XIX, a função da mulher que até então

era privada à maternidade, começa a ser exercida em espaços públicos. Essa mudança se dá pelas modificações nos modos de produção, onde houve a necessidade da mão de obra feminina nas fábricas com intuito de aumentar a produtividade. Além disso, o autor aponta que no século XX, com as Guerras Mundiais, houve um aumento da mulher no mercado de trabalho, visto que os homens eram recrutados para lutar na guerra e as mulheres tinham que assumir as finanças familiares.

Esses acontecimentos históricos foram necessários para que a mulher pudesse ter outras possibilidades além da maternidade, passando de um modelo tradicional para um modelo moderno de maternidade (MOREIRA, 2009). Desse modo, com o acesso à educação, ao mercado de trabalho e com a autonomia nos negócios, a mulher passa a ter variáveis funções na sociedade, mesmo que a figura feminina do lar ainda fosse predominante. Em vista disso, Simone de Beauvoir declara que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (2009, p. 312).

Nesse sentido, de acordo com Scavone (2001), é a partir das obras de Simone de Beauvoir, que passa a ser contestado todo o determinismo divino e biológico imposto à maternidade como destino social. Para a autora, o amor materno é constituído a partir da relação estabelecida entre mãe-filho e não algo natural que decorre de todas as mulheres, bem como o ser-mulher, sendo algo construído socialmente a partir das relações e do trabalho. E é por isso que Akotirene (2019) disserta sobre a interseccionalidade como fator importantíssimo para o questionamento da mulher universal, visto que, de acordo com a cor/raça e classe, essa maternidade pode ser afetada positivamente ou negativamente, mesmo a maternagem obrigatória sendo um aprisionamento imposto pelas mazelas sociais para todas as mulheres.

No Brasil, é somente em meados do século XXI, que as mulheres começam a adentrar nos espaços públicos de poder, como cargos políticos, direitos à licença maternidade, às legislações referentes à violência contra a mulher, assim como a utilização dos meios tecnológicos para proliferação das causas e lutas feministas, entre outros. Para isso, foram constituídos os princípios e normas dos direitos reprodutivos pela Constituição Federal do Brasil e pelo Direitos Humanos, que de acordo com Ventura (2009) garantiam:

O exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana. É, portanto, o direito subjetivo de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza. (VENTURA, 2009, p. 19).

Posto isso, Scavone (2001) destaca que com o surgimento destes princípios e dos métodos contraceptivos, há uma renúncia significativa da maternidade, proporcionando para as mulheres a possibilidade de escolha no âmbito pessoal e profissional. Por isso, Barbosa e Rocha (2007) abordam que os avanços tecnológicos surgem como grande aliado das lutas feministas, uma vez que através das pílulas anticoncepcionais e dos métodos contraceptivos, permitiu-se a prevenção e escolha sobre ter filhos ou não. Ademais, o surgimento dos utensílios de apoio para cuidados dos bebês, como a mamadeira e o carrinho de mão, permitiam que as mães pudessem dividir as tarefas com terceiro e permanecer nas atividades do mercado de trabalho para além das domésticas (BARBOSA; ROCHA, 2007).

Daí em diante, no século XXI, Badinter afirma: “é como se a criança não fosse mais a prioridade das prioridades” (2011, p. 31). Sendo assim, pode-se atribuir outro valor à maternidade, que surge não como destino social, mas como uma escolha que divide espaço com diversas variáveis sociais e pessoais, bem como o adiamento da maternidade ou optar por não ser mãe. Todavia, essa escolha não é tão espontânea assim, visto que sofrem influências externas o tempo inteiro.

Além disso, Badinter (2011) aborda sobre o ressurgimento silencioso da visão naturalista a partir das práticas médicas e religiosas. Essas práticas circundam muito no âmbito da moralidade, que gira em torno do que é certo ou errado para determinada instituição social. Em vista disso, Vieira e Ávila (2018) apontam o parto natural e humanizado, a participação de uma doula, a amamentação prolongada e sob livre demanda, como as principais práticas naturalistas exercidas na contemporaneidade. Essa postura naturalista pode convocar novamente a ideia de amor instintivo, inato de mãe para filho(a), ou seja, ela fica totalmente responsável pelo desenvolvimento saudável do filho, e deve ser uma “boa mãe”. Em contraste, aquelas que não seguirem tal modo são atravessadas pela culpa moral.

Concomitante a isso, percebe-se no século XXI, duas visões de mundo diferentes sobre a maternidade. Enquanto os discursos naturalistas e religiosos introduzem que a mulher mãe tem que ficar mais tempo com os filhos durante seu crescimento e desenvolvimento, o discurso capitalista aponta a necessidade de aumento de produção através da mão de obra feminina. Por isso, é preciso considerar na contemporaneidade, a pluralidade de discursos sobre as maternidades para que não reincida no determinismo biológico e nas armadilhas do capitalismo. Assim, entende que a maternidade é uma condição de instabilidade de sentimentos, pois pode ser gerado pelo meio e pelo que é internalizado a partir do meio, sentimentos satisfatórios ou insatisfatórios sobre o ser mãe.

1.2 Vulnerabilidade Social

De acordo com Ayres et. al. (2009), o conceito de vulnerabilidade foi introduzido partir da exposição do sujeito ao vírus HIV e do possível adoecimento relacionado não só ao âmbito individual, mas entrelaçado ao coletivo e ao contexto, que poderiam contribuir ou não para a proteção e prevenção do vírus. Desse modo, as pessoas passaram a ser identificadas como vulneráveis não somente por um traço individual, mas passa-se também a considerar o local que essa pessoa ocupa mediante a sociedade.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, considera a vulnerabilidade social como “decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade” (MDS, 2009a, p. 7). Ainda, Pereira e Guareschi (2014) contribuem que este fenômeno não deve ser associado somente ao aspecto econômico, mas a uma diversidade de fatores que transitam entre a esfera moral e política, entre o poder e as discriminações, e entre a falta de acesso ou o acesso precário dos direitos como um todo. Em sua maioria, a vulnerabilidade social é aplicada às pessoas que vivenciam algum tipo de adversidade no seu dia a dia, estando ligada a elementos que contribuem negativamente para a saúde e bem-estar do indivíduo em sua totalidade. Logo:

A vulnerabilidade como a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes. (VIGNOLI, 2001, p. 2).

Sendo assim, Cardoso et. al. (2014) disserta que a vulnerabilidade não se restringe unicamente à situação de pobreza, mas é uma condição atravessada por diversos fatores que colocam o sujeito em situação de risco social, como situações de violência, desemprego, patologias, etc. Em vista disso, Janczura (2012) dispõe que as famílias vulneráveis são aquelas que não possuem recursos materiais e simbólicos para enfrentar os riscos sociais que estão submetidos, bem como, não possui estratégias para que alcancem lugares de segurança e bem-estar.

Dito isso, pode-se pensar na vulnerabilidade social como um fenômeno de ordem estrutural, que decorre de como o Estado se organiza em relação às políticas públicas, à garantia da cidadania e às condições dignas de vida. No Brasil, a ideia de vulnerabilidade social é introduzida em meados do século XX, e teve maior consolidação durante o século XXI, sendo norteada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que parte de uma visão de proteção social que se propõe a compreender a partir do cotidiano, os riscos e as

vulnerabilidades sociais que se ligam aos usuários das políticas de assistência social (BRASIL, 2004).

Junto ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social), atua o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que faz parte da proteção social básica, que consiste em diversos programas e ações que buscam a partir do território de abrangência, possibilitar a descentralização da política de assistência social, bem como, promover a prevenção dos riscos sociais e pessoais por meio de projetos, serviços e benefícios ao indivíduo e a família em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o CRAS é responsável por prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadãos (BRASIL, 2009).

Este dispositivo é implementado em todos os municípios de médio e grande porte de todo o país (MDS, 2009). Por exemplo, em Ponte Alta do Tocantins – cidade onde ocorreu o estudo - há 1 unidade de CRAS para 7.180 habitantes (IBGE, 2010). Refere-se a uma cidade que está envolvida em uma estrutura cercada por relações de poder e desigualdades sociais ligadas à territorialidade e a vulnerabilidade social, tanto no âmbito material quanto imaterial, como a maioria das que seguem o modelo de produção capitalista. Concomitante a isso, temos a maternidade como um dos aspectos trabalhados no CRAS, sendo mulheres-mães atendidas de acordo com suas especificidades ligadas à vulnerabilidade social.

Em vista disso, é válido pensar de que modo a condição de vulnerabilidade social implica na vivência da maternidade. Benatti, et.al (2020) disserta que os contextos de vulnerabilidade social podem ser mais desafiadores para as mães entrarem no mercado de trabalho e para terem uma sólida rede de apoio. Ainda, compreende-se este tema não só pelas condições materiais, mas também, pelos recursos simbólicos que são disponibilizados pelo meio em que vive, que podem cooperar ou não para a evolução social das mães e dos filhos.

Sendo assim, considera-se importante uma análise interseccional onde, para entender a construção do ser mãe, é preciso compreender que “a maternidade corresponde não apenas a um “acontecimento biológico, mas a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio histórica” (CORREIA, 1998, p. 366). Essa dinâmica remete a maternidade como produtora de ações no mundo que alteram a dinâmica social, mas que também têm sua dinâmica modificada a partir dessas ações. Simultâneo a isso, Benatti, et.al (2020) ressalta que o modo como a maternidade é vivenciada é de extrema importância para entender como a mãe desempenha esse papel e qual significado ela atribui à condição de ser mãe.

Desse modo, pensar em mães inseridas em diferentes contextos sociais e econômicos

implica pensar em maternidades que se divergem. Por isso, é de suma importância que se utilize a Psicologia Histórico-Cultural para entender como a situação de vulnerabilidade social implica na vivência da maternidade e nas suas especificidades. Assim, compreendendo o contexto não só econômico, mas cultural, social e psíquico, será possível identificar se o contexto vulnerável afeta positivamente ou negativamente na vivência do ser mãe.

1.3 Vivência

Para identificar os fenômenos sociais apontados no estudo, a pesquisa utilizará o conceito *perejivanie* a partir de Vigotski (1999), que de acordo com Capucci e Silva “a *perejivanie* se estabelece, portanto, como unidade indivisível dessa relação entre o ambiente e a significação, a partir de sua constituição social” (2018, p. 355). Os autores Roth e Journet (2016) não observam a *perejivanie* como um fenômeno que unifica duas coisas diferentes, e nem que se situe entre pessoa e meio, mas, dá-se como a unidade da vida que se desenvolve e afeta a si mesma. Entretanto, neste trabalho, o termo usado será o de *vivência*, que é o mais aproximado na tradução brasileira, entendendo este conceito como o processo no qual a relação entre o ambiente e o sujeito se estabelece (MARTSINKOVSKAYA, 2017). O termo “vivência” ganha força nas obras de Vigotski sobre pedologia, que tinha enfoque no desenvolvimento infantil (TOASSA, 2009).

Sobre a questão do meio na pedologia, segundo Vigotski (2010), “cada idade possui seu próprio meio, e essa relação é histórica” (p.683), ou seja, o meio da criança vai ser designado na maneira que ele transforma e é transformado pelo mundo. Desse modo, podemos relacionar com a situação social de desenvolvimento, que Veresov e Fleer (2016) definem como um sistema de relações singular e ativo da criança com o meio social, que se desenvolve através das vivências. Logo, Toassa, Souza e Rodrigues (2019) trazem que os elementos que constituem a personalidade consciente e as vivências se alteram de acordo com o desenvolvimento e da relação que é estabelecida com o meio.

Para os autores citados, os aspectos indispensáveis para avaliar a influência do meio no desenvolvimento da personalidade são as vivências. Por conseguinte, Vigotski (2010) traz que a vivência é quem vai determinar a maneira como uma situação isolada de um meio pode exercer três sentidos diferentes em três pessoas diferentes, e por essa razão que todas as especificidades do meio são apresentadas na vivência, assim como os elementos internos da própria personalidade.

Dessa forma, Toassa e Souza (2010) abordam que a vivência pode projetar-se tanto no

passado quanto no futuro da existência humana, desenvolvendo elementos que influenciarão nas ações dos indivíduos. As autoras apontam o fenômeno como um substantivo abstrato que possibilita a unidade psicológica entre sujeito e objeto numa relação instantânea, podendo expressar diversos conteúdos mentais, sendo “a autoconsciência qualificada como a vivência das vivências ou reflexão sobre múltiplas unidades da relação consciência-meio, ou seja, das vivências” (TOASSA; SOUZA; RODRIGUES, 2019, p.111). Por isso, para Souza e Andrada (2013), o ser humano não é visto como indivíduo meramente biológico, mas como um sujeito que atribui percepções e sentidos às experiências vividas no meio que está inserido.

Toassa, Souza e Rodrigues (2019) traduzem a ideia de vivência como uma experiência imediata que irá resultar em atos/ações que decorrem do conteúdo mental de cada um. Nesse contexto, pode-se introduzir a Psicologia Histórico-Cultural, que de acordo com Vigotski (2004), se vincula ao modo de agir do ser humano no mundo e se desenvolve através de três ações: a superação, a cooperação e a emancipação. Vigotski (2004) buscava superar o dualismo na psicologia, e por isso, disserta que, para a realização e constituição do humano, é necessária a superação do nosso modo de viver e ser em relação ao que se pode ser ou alcançar. Assim, exige-se que através da cultura se tenha as condições materiais concretas que só seria possível através da cooperação entre as pessoas para conquistar a liberdade de pensamento e ação diante da emancipação, que é possível através do coletivo (VIGOSTSKI, 2004).

Isto é, o indivíduo ao agir no mundo e ser constituído por essas ações, reúne não só elementos de si, mas também de suas relações e de suas experiências no ambiente vivido. Desse modo, a vivência não se baseia somente em um acontecimento externo, mas da relação interna do sujeito com a realidade. Souza e Andrada (2013) ainda apontam que as práticas são mediadas pelas influências que absorvem do meio a partir das próprias experiências, o que progride numa vivência singular.

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado - a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa - e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (VIGOSTSKI, 1999, p. 686).

Diante disso, Vigotski (2006) destaca a vivência como um fator biossocial, sendo uma unidade que atravessa a personalidade e o meio, o interno e o externo e conseqüentemente

transpõe o que o sujeito vê, pensa, sente e o que ele retém daquilo. Assim como aponta Souza e Andrada, quando destacam que “os aspectos do ambiente não são dados, mas são construídos e se tornam importantes para o processo de desenvolvimento humano a partir do momento em que eles se transformam em uma experiência emocional (perezhivanie) para o sujeito” (2013, p.362). Entretanto, para Toassa, Souza e Rodrigues (2019), não são todas as vivências que se transformam em experiência emocional, pois as vivências podem existir como resquícios isolados na consciência, sem terem sentidos atribuídos à experiência acumulada.

Toassa (2009) traz que a experiência no sentido acumulativo é a realidade objetiva, o ato independente da passagem imediata com o meio, é um fato concreto da existência como ser social. Todavia, a partir do momento em que essa experiência acumulativa é efetivada, experienciada e passa a ser deslocada às atividades concretas, ela passa a mediar a constituição das experiências imediatas, que são a sintetização dos estados e atos em uma só estrutura, da vivência como unidade sistêmica da consciência (TOASSA, 2009).

Por isso, para Souza e Andrada (2013), o ser humano não deve ser visto como algo isolado no mundo, com uma visão simplista, mas considerá-lo como um objeto que realiza conexões e atribui sentidos, colocando aspectos de si e das suas vivências, ligando o ambiente externo e concreto com as suas significações internas. Assim como dispõe as autoras: “as ações passam a ser mediadas por várias influências que absorvem do mundo de acordo com suas experiências próprias, empreendidas com o meio e sob a influência de sua personalidade, recriando uma vivência singular” (p.361).

A partir disso, é possível definir a vivência como uma experiência que gere significado ao sujeito, onde perpassa emoções e é gerada em alguma situação específica, o que não se considera necessariamente externa, mas, como o entrelaçamento dos aspectos do sujeito com a situação, que são internalizados intrapsiquicamente (VIGOTSKI, 2010).

Desse modo, pode-se atrelar a vivência às motivações, aos sentimentos, as crenças e a personalidade do sujeito que irão influenciar o modo como ele se manifesta e atua no mundo. Nesse sentido, é importante que possamos compreender o ser mãe em sua totalidade, entendendo como o contexto diverso da vulnerabilidade social influencia na experiência da maternidade e nos significados atrelados à essas vivências.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa em questão é de cunho qualitativo e de campo, que se caracterizam a partir da pesquisa histórica, que Padilha e Borenstein (2005) a descreve como um método de pesquisa que visa coletar e avaliar os dados considerando a historicidade do sujeito por meio de uma visão crítica. Assim, com a metodologia proposta, tem por objetivo elaborar um plano de ação a fim de compreender o objeto de pesquisa como algo histórico e social.

Ademais, a perspectiva qualitativa para Cavaria (2006) tem o intuito de compreender aspectos comuns ou incomuns de um determinado fato social, além de buscar entender como o problema de pesquisa em si é vivenciado e compreendido pelos sujeitos estudados. Para isso, será utilizada a pesquisa de campo, que para Piana (2009), é a ação dialética entre o sujeito e o pesquisador, sendo desenvolvidos conhecimentos mútuos sem predisposição de saberes, e tendo contato com o contexto em que o sujeito está inserido.

O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a cidade de Ponte Alta do Tocantins, situada na região central do estado, onde tem-se como instituição escolhida o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que possibilitará abordar as mães que vivem em situação de vulnerabilidade social. Neste CRAS, são ofertados dois serviços socioassistenciais de proteção básica, o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) e o Criança Feliz que são voltados à maternidade e suas especificidades.

De acordo com Brasil (2009), o PAIF “confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar, um dos eixos estruturantes do SUAS” (p. 31). Sendo assim, temos o PAIF como serviço de fortalecimento da convivência familiar e comunitária, trabalhando a família como um todo. Já o Criança Feliz é um serviço voltado às gestantes e a mães de crianças de 0 a 3 anos, onde são realizadas visitas domiciliares e atividades de prevenção e promoção de saúde.

Posto isso, foi concedida uma autorização da instituição para a realização do estudo com as participantes e disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que cada uma confirmasse sua participação voluntária, sendo apontado todos os aspectos éticos e sigilosos. Com a finalidade de garantir o sigilo das informações, foram escolhidos nomes fictícios para cada entrevistada.

Para possibilitar o alcance do número mínimo de participantes para a pesquisa, a instituição disponibilizou uma lista com quatorze contatos de mulheres mães. O agendamento foi realizado pela pesquisadora através de ligações telefônicas. No total foram seis participantes que concordaram em participar e disponibilizaram um horário possível para ambas as partes,

independentemente da idade. O local para aplicação do instrumento foi disponibilizado pela instituição e também autorizado pelas mães a ser aplicado nas suas residências, visto que algumas não podiam se deslocar da sua casa até a instituição.

Logo, o número de participantes será definido a partir do critério de saturação, que para Rhiry Cherques (2009) “a saturação designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado” (RHIRY CHERQUES, p. 2, 2009). Assim, a partir do momento em que as informações não se diferirem mais, a busca por participantes será cessada, visto que o critério de saturação valida o conjunto de informações coletadas. O autor citado anteriormente, aponta que devem ser realizadas no mínimo seis observações e no máximo doze observações por saturação.

Utilizou-se como técnica de coleta de dados a aplicação de uma entrevista semiestruturada, que de acordo com (MINAYO, 2010), proporciona a avaliação e compreensão do objeto estudado em sua totalidade, a partir do diálogo livre. Desse modo, após a assinatura do TCLE, iniciou-se a entrevista com propósito de compreender a vivência de cada uma das mães através de perguntas que permitissem a espontaneidade das respostas. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Para a análise dos relatos foi utilizada a análise de conteúdo temática de Bardin (1977).

Inicialmente foi realizada uma leitura flutuante das entrevistas para que fosse possível compreender as características mais importantes presentes no discurso, depois foram destacados trechos que possibilitaram analisar os significados presentes e posteriormente identificou-se as categorias de análise. Em vista disso, foi possível identificar duas categorias de análise, sendo elas: as percepções sobre a maternidade; e a relação entre maternidade e vulnerabilidade social.

A pesquisa está baseada nos princípios propostos pelas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, assim como, as orientações do Código de Ética Profissional do Psicólogo, de modo a assegurar a integridade psíquica e física dos participantes dos quais os dados serão coletados e estudados, além de garantir o sigilo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Responderam à entrevista 6 mulheres mães, onde 5 já exercem a maternidade e 1 gestante, com idade variando de 19 a 28 anos. O nível de escolaridade variou do ensino fundamental incompleto ao ensino médio incompleto/completo. Logo, 3 completaram o ensino médio, 2 com ensino médio incompleto e 1 com o ensino fundamental incompleto. As que estavam com o ensino incompleto, pararam os estudos devido à gravidez e ainda não haviam retornado.

As mulheres em geral foram mães ainda na adolescência, entre 16 e 22 anos, e 5 não querem ter mais filhos. A idade dos filhos varia entre 8 meses e 8 anos, estando 4 matriculados na escola e 2 que poderiam estar na creche municipal, mas não estão por não ter mais vaga esse ano. As mães estão cadastradas em projetos do CRAS denominados PAIF e Criança Feliz, sendo 2 vinculadas ao PAIF e 4 ao Criança Feliz.

Com relação à cor/raça, 2 autodeclararam-se negras, 1 amarela e 3 pardas. No que tange à moradia, 5 moram de aluguel e 1 em casa própria. Todavia, somente 2 estão empregadas, as outras 4 estão desempregadas. A maioria das famílias tem sua renda provinda do trabalho dos maridos, com renda entre R\$600,00 a R\$ 2.000 reais, e a quantidade de pessoas que moram nas residências variam de 2 a 6 pessoas

A Tabela 1 apresenta as características de cada participante. Por questões éticas, os nomes das participantes foram substituídos.

Tabela 1 – Caracterização das Participantes

Nome Fictício	Idade	Profissão	Maternidade
Maria	28	Dona de casa	2 filhos
Ingrid	19	Estudante	Gestante
Joana	22	Dona de casa	1 filho
Livia	26	Dona de casa	1 filho e gestante
Karine	25	Diarista	2 filhos
Naiara	25	Garçonete	3 filhos

Fonte: Elaborada pela autora

3.1 As percepções sobre a maternidade

A partir das entrevistas foi possível perceber que a maternidade assume significados

homogêneos entre as participantes da pesquisa, porém com vivências diferentes. Para a Psicologia Histórico-Cultural, de acordo com Leontiev (1978), há uma relação entre a consciência e a atividade humana. Essa relação possibilita compreender os aspectos constitutivos da consciência que só é possível através da atribuição de sentido e significado a partir da linguagem. Diante disso, para compreender o sujeito e suas vivências, Lane (1984) aponta que deve-se analisar o sujeito em sua totalidade, contemplando a linguagem, o pensamento e a atividade humana.

Pensando nessas vivências diferentes, temos que as 6 participantes tiveram alterações físicas pós parto, entretanto, de acordo com as entrevistas, somente 3 delas relataram se incomodar com as mudanças decorrentes do período gestacional, desenvolvendo aspectos como baixa autoestima, queda de cabelo, emagrecimento ou ganho de peso, ansiedade, entre outros. Maria disserta:

“humhum, depois que eu pari eu virei esse bololô, assim, eu já era gordinha né, mas eu acho que depois que eu tive os meninos eu engordei o dobro, eai me incomoda muito, porque eu visto uma roupa e parece que não serve, por isso que eu quase não saio também, porque eu visto uma roupa a não fica bom, ou ta rasgada, não tenho uma roupa bonita assim” (Maria,28)

Esses fatores podem se relacionar à presença ou ausência do apoio familiar e às próprias condições de vulnerabilidade social atreladas à cultura e às percepções que as mulheres possuem sobre o ser mulher na sociedade atual. Dessa maneira, Vigotski afirma que o sujeito ao possuir uma participação ativa no mundo, ele é atravessado pela cultura, que não surge somente como prática externa, mas passa a ser um aspecto indispensável da personalidade humana, desenvolvendo relações que possibilitarão a compreensão do desenvolvimento psicológico humano.

Ao serem entrevistadas, todas as participantes relataram possuir uma rede de apoio familiar, mas diversificam no que se refere à dinâmica familiar, a renda mensal, a rotina diária, aos planos e a percepção sobre a maternidade. Correia (1998) destaca que a maneira como a maternidade é vivenciada irá se influenciar pelo modo como a sociedade se organiza historicamente, considerando as percepções individuais, a cultura e o coletivo. Concomitante a isso, buscou-se identificar sobre as diferenças ou semelhanças entre as gerações maternas da família de cada participante, dando destaque justamente aos períodos históricos diversos vivenciados na maternidade de cada uma, onde a partir de Vigotski, pode-se analisar a relação dialética entre a atividade psíquica e o meio sociocultural.

“a criação é diferente né, porque eu fui maltratada, mas eu não maltrato meus filhos porque eu fui maltratada, ai eu não faço isso com eles, o que minha mãe fazia comigo

eu não faço com meus filhos, a gente educa né, briga, bota de castigo, mas agora bater igual minha mãe batia não, isso dói demais ” (Maria, 28)

“eu vejo uma coisa bonita eu já quero comprar pra ela, porque no meu tempo não tinha isso, tanto que no tempo que eu estudava eu não tinha bolsinha bonitinha de rodinha não, minha mãe pegava era um saco de arroz e botava os trem dentro, que nem esses dias ela me pediu um quadro que estavam tirando foto lá na escola, eu fui lá e comprei porque no meu tempo não tinha, meus pais não tinha nem dinheiro pra isso” (Karine, 25)

A partir dos relatos, é possível perceber que houve diferentes configurações familiares que atribuíram papéis diversos aos pais e as crianças, como disserta Àries (1986) quando aponta que nas gerações passadas, a criança ainda não era um ser dotado de direitos e nem se tinha atrelado o sentimento de infância para com elas. O que Araújo (1993) destaca é que com os movimentos feministas que se iniciaram por volta dos anos de 1960, obteve-se um grande avanço em relação à legislação familiar, à liberdade sexual e a igualdade de direitos civis e políticos, incluindo os direitos das crianças, que levaram a família a se reorganizar a partir dos novos padrões relacionais.

Além disso, com base nos trechos relatados acima, compreende-se que essas mães estão inseridas em situações de vulnerabilidade social desde a infância, onde 4 das participantes relataram ter tido pais rígidos que não tinham condições e nem conhecimentos para darem afetos ou bens materiais desejados. Janczura (2012) aponta a vulnerabilidade social como a falta de recursos financeiros e simbólicos que não possibilitam posições de bem-estar e qualidade de vida. Nesse sentido, é possível identificar uma liberdade maior em relação às crianças e sua formação como sujeito, além de que as mães querem possibilitar que seus filhos(as) tenham oportunidades que elas não tiveram. Em Vigotski, essas mudanças podem ser referentes ao desenvolvimento psicológico e cultural serem influenciados pelas diferentes interações sociais com o mundo a partir de um contexto sociocultural.

Ao comentar sobre a existência ou não de um ideal materno, 4 das participantes apontaram um ideal implícito em suas falas. Pode-se relacionar ao que Engels (2019) aponta sobre a família monogâmica no sistema patriarcal que em sua maioria se configura pela autoridade paterna e pelo instintivo amor materno, sendo aquelas que não seguem o ideal materno julgadas pela sociedade. Na citação abaixo, Karine aborda em sua fala no “merecer ser mãe”, apontando implicitamente um ideal a ser seguido na maternidade, onde as que não seguem certo padrão seriam “doidas”.

“eu acho que todas merecem ser mãe né, mas tem umas que só Deus na causa, tem umas que cuida melhor e outras não, tem umas que coloca no mundo e não importa, tem umas que não pensa que a criança não tem culpa de ter nascido, são meio doida” (Karine, 25)

O ser mulher entre as entrevistas ainda é bastante relacionado ao ser mãe, de modo à práticas de amor serem ações que por exemplo, limitam as mãe de sair sem os filhos, de ter uma vida social ativa, tanto que ao serem perguntadas sobre o lazer, 5 responderam que geralmente não tem lazer porque só vão onde podem levar os filhos. Scott (1988) sinaliza o gênero como essencial para a dinâmica das relações de poder e para estruturar simbolicamente toda a vida social. Afirmação que vai de encontro com ao que Joana e Karine relatam abaixo:

“é mais aqui em casa mesmo, vamos na fazenda do meu sogro ou em lugares que dê pra levar o neném” (Joana, 22).
 “de lazer nós ficamos mais é em casa mesmo, não somos muito de sair, depois eu eu tive filho não fiquei saindo mais” (Karine, 25)

Como demonstrado nas falas abaixo, a maternidade foi percebida pelas participantes como uma benção de Deus que nos remete ao amor materno como algo dado, natural e divino. À vista disso, Moraes (2021) destaca que desde o século XIX, a maternidade é exemplificada como a de Maria, mãe de Jesus, o que indica ainda hoje a idealização do amor materno sagrado e inquestionável. Para Moreira (2009), a religiosidade e a medicina ainda operam como ferramentas essenciais para a manutenção da ordem social e das relações de poder.

“ser mãe é uma benção de Deus, porque Deus sabe tudo que faz né, Deus é tudo” (Karine, 25)
 “ser mãe é ser dedicada aos filhos, ter amor aos filhos” (Maria, 28)

Para Resende (2017), a ideia de amor materno relacionado ao amor e cuidado, introduz o mito do amor materno, que é ancorado no discurso médico e religioso. Assim, a partir da lógica sistemática a ser seguida pelas mães, a alusão ao amor materno acaba por operar normas sociais que interessam ao sistema patriarcal e ao Estado como um todo (MOREIRA, 2009). Por isso, percebe-se através das respostas, o sentimento de culpa ao relatar algo negativo da maternidade, como exemplificado na fala de Naiara:

“porque ser mãe não é só tirar foto bonitinha e postar você mãe, porque depois as noites que você passa acordada é complicado, o choro por birra é complicado, tudo hoje é difícil, mas também não é a coisa pior do mundo não, não é ruim ser mãe porque você receber o amor de um ser tão pequeno é o amor mais maravilhoso que você vai receber” (Naiara, 25).

O sentimento de culpa está no ato de falar algo insatisfatório e logo em seguida atribuir um sentido bom à frase, pois de acordo com Bernardes (2019), na contemporaneidade há um discurso onde a mulher tem que dar conta de tudo, sem abdicar de nada, o que pode fazer com que surjam sentimentos ambíguos no que concerne à maternidade. Segundo o autor,

esses discursos podem refletir uma dupla culpa, que é trabalhar e não se dedicar exclusivamente ao filho(a) ou descartar planos pessoais e profissionais para ficar com a criança.

Explorando sobre as maiores dificuldades da maternidade, os dois pontos mais aparentes entre 4 participantes foram o cansaço físico e mental. Carneiro (2021) aponta que esse cansaço escancara que o cuidado com as crianças tem sido cada vez mais individualizado atrelado à escassez de públicas sociais de cuidado e a difusão expansiva da mãe como cuidadora ideal. Além disso, 4 das participantes também relataram uma grande preocupação em como lidar com as tecnologias disponíveis hoje no mercado e em casa, atrelado ao fato da autoridade só funcionar com o pai.

“ser mãe é muito complicado, ser mãe a questão não é tanto financeira, é também, mas é muito mais o psicológico de hoje, é isso que eu falo quando me perguntam se eu quero ter um quarto filho por exemplo, eu não quero porque não tenho mais psicológico pra ser mãe, ser mãe hoje demanda mais é da cabeça porque hoje tem tanto problema, tanta coisa ruim, o mundo tá muito diferente as coisas para educar os filhos” (Naiara, 25).

“educar, ter pulso firme e eu não tenho, os três tomam conta de mim, e é muito ruim isso, eu falar as coisas com eles e eles não me ouvir, não me obedecer e quando o pai fala eles escutam, porque acho que eu não consigo ser rígida” (Naiara, 25)

Nesse sentido, o fato da autoridade materna não ser exercida, gera um sentimento de frustração nas mães por acharem que não estão sendo suficientemente boas e que dependem do marido para colocar limites nos filhos, o que para Moreira (2009) demonstra novamente os papéis atribuídos aos pais de acordo com o gênero e com sistema patriarcal vigente.

Apesar disso, todas as participantes afirmaram que a maior mudança que tiveram após a maternidade foi o aumento da responsabilidade diante das situações, o que pode ser atribuído de acordo com Toassa; Souza e Rodrigues (2019), com os elementos da personalidade e as peculiaridades do meio, que formarão as vivências e suas ações. Posto isso, ao ser pedido para as participantes definirem a maternidade em uma frase ou palavra, surgiram definições voltadas à satisfação em ser-mãe, como expressa Ingrid:

“pra mim ser mãe é a melhor coisa do mundo, ser mãe é a coisa mais importante” (Ingrid, 19)

“ser mãe é amor, é conhecimento” (Livia, 26)

Dessa maneira, pode-se compreender que mesmo diante das adversidades presentes no cotidiano, elas não mudariam nada no processo gestacional e maternal, relacionando as alegrias entre ter uma companhia, ver o desenvolvimento e a felicidade dos filhos e poder proporcionar algo que eles gostam. Assim, é importante pontuar que há um sentido e um significado bom ao ser mãe, mas também ainda há uma romantização da maternidade como um todo. Isso vai de

encontro ao que Souza e Andrada (2013) discorrem sobre as vivências, onde as ações mediadas pelo meio diante das próprias experiências produzem uma vivência singular.

3.2 A relação entre maternidade e vulnerabilidade

Neste estudo, as participantes vivem com uma renda de R\$600 a R\$1.500 mensais, entretanto, cada família tem esta renda para o sustento de 3 a 6 pessoas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD do IBGE (2021), aqueles que recebem a renda per capita até R\$497 reais mensais podem ser incluídos na linha de pobreza do país, tendo no ano de 2021 no Brasil, um total de 29,62% da população que é referente 62,9 milhões da população com essa renda domiciliar (IBGE, 2021). Sendo assim, considerando a renda per capita das famílias, pode-se concluir que 4 das participantes estão dentro da linha da pobreza.

As famílias que conseguem adquirir uma renda maior é devido aos auxílios assistenciais, neste estudo sendo o Auxílio Brasil o principal deles, onde 3 das participantes recebem atualmente. De acordo com o Ministério da Cidadania, o auxílio surge como meio de garantia de renda básica às famílias vulneráveis, buscando estimular a emancipação e autonomia que permitam a superação da vulnerabilidade social. Em relação ao Auxílio Brasil, o Ministério da Cidadania aponta que podem se cadastrar as famílias em situação de extrema pobreza que são aquelas que recebem cerca de R\$ 105,00 per capita, e as famílias em situação de pobreza que são aquelas que recebem entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00 per capita mensal.

Além disso, foi observado que é predominante o modelo de família monogâmica patriarcal que é decorrente do sistema capitalista, tendo as 6 participantes casamentos heteronormativos. Concomitante à isso, foi abordado por 3 das participantes o fato de não terem ajuda com as atividades domésticas, havendo uma sobrecarga que se liga justamente ao discurso da mãe como cuidadora ideal dos filhos e do lar. Ao serem perguntadas sobre ter ou não ajuda em casa, 2 delas responderam:

“não, só eu mesmo, é puxado, tem dia que eu não dou conta não, por exemplo, hoje eu nunca fiz nada, porque tem dia que realmente eu não dou conta, minha coluna tem dias que fica muito ruim, as vezes a sinusite ataca, e aí tem dia que não tem como fazer nada na casa, mas eu tento arrumar pelo menos alguma coisinha quando chego do serviço” (Naiara, 25).

“Rum, vai eu rebolar não pra vê, por isso que eu zango, acho que por isso que tô desse jeito, tomando remédio pra ansiedade, ele me ajudava muito antes de eu ter o segundo filho, fazia comida, limpava a casa, mas agora do jeito que eu saio e deixo a casa eu chego e ela tá igualzinha, aí eu reclamo e ele só fica mandando eu ter paciência, sendo

que tem um menino pra comer quando chega da escola. Di tem vezes que chego 12h do serviço quando trabalho fora, e ele não fez nada pro menino comer, se deixar passa fome, por exemplo, quando vou trabalhar fora eu tenho que sair e deixar tudo pronto, comida, casa limpa porque sei que ele não vai fazer” “nem com os meninos ele não passa tempo, nem banha eles e nem nada” (Maria, 28).

Para Moreira (2009), o patriarcado ancorado no capitalismo permite que mesmo diante das crises econômicas e políticas onde o marido e a esposa trabalhem, o homem permanecerá exercendo relações de dominação e representando posições de poder. Por conseguinte, 4 das participantes têm em sua configuração familiar o homem como provedor dos recursos financeiros e as mães como mulheres que cuidam do lar e dos filhos. Isso pode ser atribuído ao mito do amor materno, que para Badinter (2011), atribui à mulher o dever social de prover cuidado à família e ao amor para com os filhos.

Nesse sentido, temos 3 das participantes que não conseguiram vagas para os filhos na creche municipal. Perante o exposto, é possível perceber como o próprio sistema capitalista juntamente com o Estado dificultam o acesso das mães nos espaços públicos (MILLET, 1974), quando não cumprem com a legislação e não garantem políticas que possibilitem o acesso das mães ao mercado de trabalho e aos estudos. Diante disso, percebe-se nos dados, o que Saffioti (1984) relata que apesar de não produzir diretamente bens econômicos e não ser geradora de mais-valia, as atividades domésticas exercidas pelas mulheres, valem como força de trabalho e são responsáveis mesmo que indiretamente, por grande parte da reprodução do capital. Assim, a exploração não é escancarada, mas, é invisibilizada pelo patriarcado, como afirma Joana:

"daí eu tenho que parar minha vida assim por causa disso, porque não tem vaga na creche, só tem vaga pra ano que vem, às vezes tem até que agendar pra ter vaga aqui" (Joana, 22)

"antes do bebê eu trabalhava como doméstica, limpando casa, fazendo comida, e agora não posso trabalhar porque ele ta pequeno e as pessoas não gostam que leva ele pro trabalho, e isso é muito chato porque não posso ir porque não aceitam meu filho lá porque bebê chora né, dá trabalho, aí o povo não quer" (Joana, 22).

Concomitante a isso, em relação ao trabalho informal, em que 2 das participantes exercem, e as outras que tiveram que parar de trabalhar por causa da gravidez ou do próprio período maternal, temos que não ter com quem deixar os filhos ou levá-los ao trabalho, não permite o trabalho. Assim, para Saffioti (2001), a sociedade determina com bastante rigor, quais os espaços em que podem atuar a mulher, bem como, os espaços em que pode atuar o homem. Benatti et.al (2020) aponta que mesmo com a inserção da mulher no mercado de trabalho, a ela ainda destina-se a maior parte das atividades domésticas.

Em relação aos planos, 3 das participantes foram mães na adolescência, e tiveram que

adiar planos, ademais, em todas as entrevistas a conclusão dos estudos foi citada, visto que somente 2 das entrevistadas terminaram o ensino médio. Posto isso, Benatti et.al (2020) aponta que a condição de vulnerabilidade social por muitas vezes vai influenciar na vivência do indivíduo, influenciando as suas ações e adiando planos. Ademais, Vigotski atribui que essas vivências perpassadas pela maternidade irão resultar em ações que sucedem das representações mentais de cada mãe.

“tipo, eu pensava assim, quando eu terminasse os estudos eu ainda não sabia o que ia fazer e nem o que queria fazer, mas queria ir pra faculdade e ir embora daqui porque não queria morar aqui, e só depois ter filho” (Livia, 26)
“tem gente que diz que filho não atrapalha planos, e atrapalha sim porque quem tem condição consegue pagar alguém pra olhar e quem não tem, tem que se virar sozinha, aí tem que adiar as coisas mesmo, não tem jeito” (Karine, 25)

A partir dessas falas é possível observar que as mulheres antes da maternidade tinham outros planos para o futuro, visando uma formação acadêmica e uma fonte de renda própria. Entretanto, por consequência da maternidade acabaram por adiar algumas das suas perspectivas de futuro. Conforme Vigotski destaca, a forma como as mulheres vivenciam a maternidade dependerá de todo contexto social inserido em seu cotidiano, além das funções psicológicas adquiridas em conjunto com o meio, que permitirá o desenvolvimento das vivências. Essas consequências citadas nos relatos são atravessadas pela vulnerabilidade social, que por muitas vezes não permite que as mulheres possam se desvencilhar dessa identidade materna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, são identificados alguns pontos essenciais para compreender a vivência das mães entrevistadas, mas que não são dados completos sobre o fenômeno pois somente um instrumento não é capaz de compreender o todo. Todavia, visto que foram encontradas poucas referências relacionadas ao tema, que faça um recorte à condição de vulnerabilidade social, o trabalho poderá contribuir para o avanço das pesquisas e para o maior entendimento da temática.

Em relação aos objetivos, apesar dos obstáculos com os agendamentos e a adesão das participantes à pesquisa, foi possível identificar aspectos que constroem a vivência das mães a partir da construção histórica e social da maternidade. Por outro lado, obteve-se o apoio inenarrável da instituição para que o processo fosse mais rápido a partir do vínculo institucional com as mulheres mães.

Com relação a vivência da maternidade em contextos de vulnerabilidade social é possível salientar a existência de diferentes modos de atuar no mundo, sendo as percepções muito diversas a partir da linguagem. Verificou-se com a pesquisa que as mulheres exercem diversas funções dentro da dinâmica familiar, sendo em sua maior parte do tempo mães, mas também esposa, a dona de casa, a tia, cunhada e etc. A partir disso, temos que a partir da cultura, das relações sociais, do trabalho e das experiências, teremos ações e saberes diferentes.

Verificou-se que há uma sobrecarga relacionada à função materna, associada aos cuidados domésticos e à educação dos filhos. Essa sobrecarga é atravessada pelo significado que é atribuído à maternidade, não só pelas mães, mas por toda a sociedade. Essas percepções estão relacionadas a ideia de que a mulher deve ser uma ótima filha, uma ótima mãe, uma ótima esposa, e ainda uma ótima dona de casa, ou seja, há ainda uma visão de mundo baseada na mulher “guerreira” que tudo suporta, o que também atravessa o campo religioso, onde perpassa a questão de gênero e sua ordem social.

Face o exposto, percebeu-se que existe um sentimento de culpa recorrente entre as mães entrevistadas, seja por não conseguir trabalhar, seja por não passar muito tempo com os filhos, seja por não conseguir proporcionar uma boa qualidade de vida ao filho ou simplesmente por pensar que não é boa suficiente para a função. Essa romantização da maternidade e a falta do cumprimento das políticas públicas associadas à maternidade, podem desenvolver agravos psicológicos que influenciarão na sua qualidade de vida e possivelmente no bem-estar da família.

Por isso, devemos atrelar a construção da maternidade como uma construção histórica

e social, visto que há diferenças significantes entre as maternidades a partir das gerações familiares. Além do que os significados serão construídos de acordo com as vivências que ocorrem através da dialética entre o interno e externo. Portanto, as mães em situação de vulnerabilidade social significam a sua maternidade de acordo não só com os elementos simbólicos, mas com a mídia, com a escola, com o acesso ou não aos direitos básicos e toda a dinâmica relacional com o mundo. Assim, é importante que a Psicologia como ciência comprometida com o social e com a saúde, possam contribuir cada vez mais com pesquisas que façam recortes interseccionais

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.
- ALVAREZ, S.E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. Cadernos Pagu, 13-56, 2014
- ARAÚJO, M. F. **Família igualitária ou democrática? As transformações atuais da família no Brasil**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986
- AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA, J. R. I.; CALAZANS G. J.; SALETTI F. H. C. **O Conceito de Vulnerabilidade e as Práticas de Saúde: novas perspectivas e desafios**. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2ª ed. rev e ampliada. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 121-43, 2009.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985
- BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BARBOSA, P. Z.; ROCHA, M. L. **Maternidade: novas possibilidades, anti-gas visões**. Psicol. clín. Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007
- BARROSO, M. F. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serviço Social & Sociedade, p. 446-462, 2018.
- BEDRAN, P. M. et all. **As construções da maternidade do período colonial à atualidade: uma breve revisão bibliográfica**. Revista Três Pontos, 14(1), 2013.
- BENATTI, A. P. et.al. **A maternidade em contextos de vulnerabilidade social: papéis e significados atribuídos por pais e mães**, 2020
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERNARDES, R.; LOURES, A. F.; ANDRADE, B. B. S. **A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher**. Revista Mosaico, v. 10, n. 2Sup, p. 68-75, 2019.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social- CRAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.
- CAMPOS, C. J. G. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Rev. Bras. Enferm, Brasília (DF), 57(5): 611-4, 2004

- CARDOSO, C. B. S. et.al. **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**, 2014.
- CARNEIRO, R. **Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno**. Cadernos pag, 2021.
- CASTRO, M. G. **Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais**. Crítica Marxista, 2000.
- CAPUCCI, R. R., SILVA, D. N. H. “**Ser ou não ser**”: a perejivanie do ator nos estudos de **L.S. Vigotski**. Estudos de Psicologia (Campinas), 35(4), 351-362, 2018
- CAVARIA, L. **Fundamentos del paradigma cualitativo, En la investigación educativa**. Rev Ciencias Ejercicio Salud. 4(1): 42-51, 2006
- CENSO. **Características da População e dos Domicílios**. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. 2010.
- COLARES S. C. S; MARTINS R. P. M; **Maternidade: uma construção social além do desejo**. Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 6, n. 1, p. 42-47, 2016
- CORREIA, M. J. **Sobre a maternidade**. Análise Psicológica, 3(16), 365-371, 1998 DE BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2009
- ENGELS, F. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. Boitempo Editorial, 2019.
- GIDDENS, A. **A transformação da Intimidade**. São Paulo: UNESP, 1993.
- JANCZURA, R. **Risco ou vulnerabilidade social?**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.
- LANE, S. T. M. **Consciência/alienação: a ideologia no nível individual**. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo, 1984
- LEONTIEV, A. N. **Actividad, consciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencia del hombre, 1978.
- MARTSINKOVSKAYA, T. D. **Emotional experience (perezhivanie) as socialization and identity formation mechanism in modern changing world**. Psikhologicheskie Issledovaniya, 3(5), 1-10. January, 2017
- MILLET, K. **Política Sexual**. Lisboa: Dom Quixote, 1974
- MINAYO, M. C. S. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação**. In Minayo, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (pp. 261-297). São Paulo, 2010
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

- MORAES, M. **Maternidade: Uma Análise Sociocultural**. Editora Appris, 2021.
- MOREIRA, R. **Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Uberlândia, 2009.
- PADILHA, M. I. C. S, BORENSTEIN, M.S. **O método de pesquisa histórica na enfermagem**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, Out-Dez; 2005.
- PASSETTI, E. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- PEREIRA, V.; GUARESCHI, P. **A psicologia no mundo da vida: representações sociais sobre os(as) usuários(as) do CRAS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 153 p. Porto Alegre – UFRGS, 2014.
- PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- POSTER, M. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro, Zahar; 1979.
- RESENDE, D. K. **Maternidade: uma construção histórica e social**. Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, 2(4), 175-191, 2017
- RHIRY-CHERQUES R. H. **Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento**. 2009
- ROTH, W. M.; JOURNET, A. **Perezhivanie in the Light of the Later Vygotsky’s Spinozist Turn**. In: COLE, M.; GAJDAMSCHKO, N. (ed.) MCA Symposium on Perezhivanie. p. 46-55, 2016.
- RUBIN, G. **The Taffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex**. In: REITER, R. R. (org.) Toward na Anthropology of Women. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1975
- SCOTT, J. W. (1986) **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**, American Historical Review, Vol. 91, Nº 5. Também publicado em HEILBRUN, Carolyn G.,
- MILLER, Nancy K. (orgs.) (1988) **Gender and the Politics of History**. Nova Iorque: Columbia University Press, p. 28-50. Versão brasileira: **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**, Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Conceituando o gênero**. In: COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER. Gênero e educação: caderno de apoio para a educadora e o educador. São Paulo, Secretaria Municipal da Educação, 2003.
- SAFFIOTI, H. I. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos pag, 115-136, 2001
- SAFFIOTI, H. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé,

1984. SAFFIOTI, H. I. B. **Ontogênese e filogênese do gênero**. 2006.

SCAVONE, L. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**.

Cadernos pagu, 137-150, 2001

SOUSA, L. M. et al. **Slut shaming ou exposição íntima online: violência contra a mulher e políticas públicas de enfrentamento**. 2021.

SOUZA, V. L. T. D., & ANDRADA, P. C. D. **Contribuições de Vigotski para a compreensão do psiquismo**. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(3), 355-365, 2013.

SOUZA, S. M. T. **Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica**. *Temporalis*, v. 15, n. 30, 2015.

TOASSA, G.; SOUZA, M. P. R. de. **As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski**. *Psicologia USP*, v. 21, n. 4, 2010.

TOASSA, G. **Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico cultural**. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2009.

TOASSA, G. SOUZA, T. M. C.; RODRIGUES, D. J. S. **Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis**. [Ebook]. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

VENTURA, Miriam. Direitos reprodutivos no Brasil. In: **Direitos reprodutivos no Brasil**. 2009.

VERESOV, N.; FLEER, M. **Perezhivanie as a theoretical concept for researching young children's development**. In: COLE, M.; GAJDAMSCHKO, N. (ed.). *MCA Symposium on Perezhivanie*. p. 56-66, 2016.

VIEIRA, C. A. L.; ÁVILA, A. A. **Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem**. *Revista Gênero*, v. 18, n. 2, 2018.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo?** In: Seminario Vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile, 2001

VYGOTSKY, L. S. *Psicologia da Arte*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **La crisis de los siete años**. In L. S. Vigotski. *Obras escogidas IV: psicología infantil*. Madrid: Visor y A. Machado Libros. 2ª ed., p. 377-386; 2006

VIGOTSKI, L. S. **Quarta aula: a questão do meio na pedologia**. *Psicologia USP*, 21(4), 681-701, 2010.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
DADOS BIOSOCIODEMOGRAFICOS

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos a Sra. para participar da pesquisa **“A construção da maternidade a partir da vivência do ser-mãe em contextos de vulnerabilidade social”**, realizada pela estudante de graduação em Psicologia, Júlia Ruffo Aires de Sena, orientada pela Profa. Dra. Ana Cristina Serafim da Silva, vinculadas à Universidade Federal do Tocantins – Campus Miracema do Tocantins – Curso de Psicologia. Esta pesquisa pretende compreender como a construção da maternidade implica na vivência do ser-mãe em mulheres atendidas pelo CRAS de Ponte Alta do Tocantins.

A pesquisa possibilitará que as mães tenham um espaço de fala, onde poderão partilhar sua experiência maternal, seja ela alegre ou triste. Este lugar de fala é importante para a psicologia quando se conclui a fala como algo terapêutico na vida das pessoas. Academicamente, este material servirá de apoio para aqueles que se interessam pela temática, ampliando os estudos e reduzindo a escassez em relação à Psicologia Histórico-Cultural. No âmbito social a pesquisa poderá contribuir para reflexões à luz da maternidade, do feminino, ademais, a temática é de grande relevância para a psicologia, visto que, pode contribuir na prática profissional e servindo de apoio para novas políticas voltadas ao público estudado.

Por isso a sua participação é tão importante. As entrevistas serão gravadas para posterior transcrição de uso exclusivo para a pesquisa, caso permita e seja possível. Ademais, sua participação é completamente voluntária, o que possibilita a recusa em participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Ao aceitar participar, garantimos o respeito ao sigilo profissional postulado no Código de Ética de Psicologia. Esclarecemos que os sujeitos da pesquisa serão identificados com nomes fictícios, garantindo que não haja qualquer forma de reconhecimento por terceiros, a menos que queira e autorize o uso real de seu nome.

As informações coletadas serão utilizadas somente para fins de pesquisa, tratadas com absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. O material resultante da gravação da entrevista ou a sua transcrição será guardada em local seguro, de acesso apenas à pesquisadora responsável. Após o término da pesquisa, os resultados serão devidamente compartilhados com você.

A pesquisadora garante que o instrumento será aplicado de forma acolhedora, prezando o bem-estar psíquico e físico do entrevistado. Nos encontros realizados com os participantes, a pesquisadora irá buscar o uso de lugares que permitirão o sigilo e a confidencialidade das entrevistas, além de estar atenta à ética de avisar aos participantes que se houver algum

problema, o encontro poderá ser remarcado.

Lembre-se: a sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação a Sra. desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. A Sra. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, a Sra. poderá entrar em contato com o pesquisador responsável no Rua Lourdes Solino, n 747, setor universitário 1, Miracema do Tocantins, pelo telefone (63) 984673944, ou pelo e-mail: senaruffo@gmail.com.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa a Sra. poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo e-mail: cep_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almoxarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. A Sra. pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós.

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

_____, de _____ de _____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DADOS
BIOSOCIODEMOGRAFICOS**

1. Qual sua idade?
2. Qual o grau de escolaridade?
3. Você tem religião? Se sim, qual?
4. Com qual frequência você vai à igreja?
5. Cor/raça?
6. Qual seu estado civil?
7. Tem quantos filhos? Qual a idade?
8. Com quantos anos teve o primeiro filho?
9. Pretende ter mais filhos? Se sim, quantos?
10. Eles estão na escola? Em qual série?
11. Casa própria ou aluguel?
12. Quantas pessoas moram na mesma casa?
13. Está empregada? Se sim, onde?
14. Quem contribui com a renda mensal? Tem uma média de valores?
15. Recebe algum benefício social? (de renda, moradia, alimentação, etc)
16. Quais as atividades que participa no CRAS? E qual importância tem essa participação para você?

VIVÊNCIA – MATERNIDADE

1. O que você acha sobre a maternidade? Você acha que toda mulher tem que ser mãe?
2. Você sempre quis ser mãe? Me fale um pouco sobre a decisão de ser-mãe
3. Teve acesso aos dispositivos de saúde durante e depois da gestação?
4. O que é ser mãe pra você? Qual o significado da maternidade na sua vida?
5. Você vê diferença entre a vivência que você tem da maternidade agora para a vivência das suas gerações passadas?
6. Quais as maiores dificuldades da maternidade? Me fale mais sobre isso
7. E quais as maiores alegrias em ser mãe? Me fale mais sobre isso
8. Você teve que adiar ou anular projetos de vida por causa da maternidade? Quais? Como você lidou com isso?
9. Qual é a rotina da família?
10. Você tem alguém que te ajude em casa? Quem?
11. Quais pessoas fazem parte da sua rede de apoio?
12. Do início da gestação até esse momento, algo mudou em você?
13. Você mudaria algo na sua maternidade hoje? O quê?
14. Se você tivesse que definir a experiência de maternar em uma palavra ou frase, qual seria?